

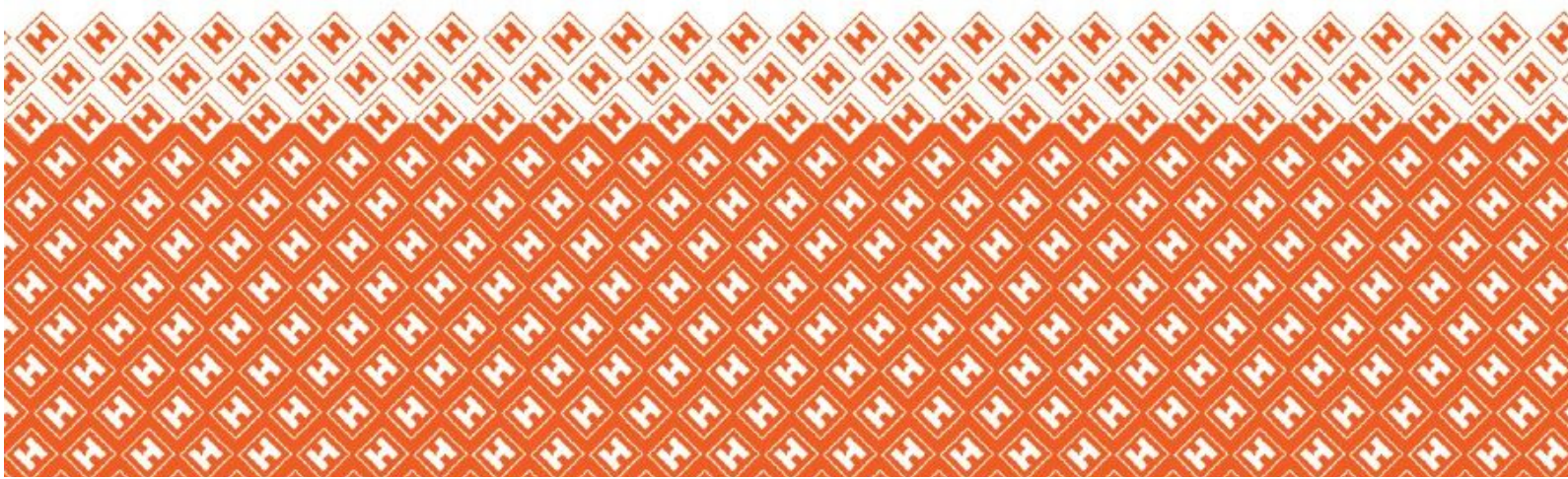


PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Produto educacional

MATERIAL DIDÁTICO COM CONTEÚDO
HISTÓRICO ADAPTADO:
contextualização da Primeira República

SILVA, Paulo Roberto Martins da. **Ensinando História para educandos surdos em uma escola inclusiva: um ensino possível.** Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.



SUMÁRIO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	1
1.1 Contextualizando a Primeira República: a consolidação da política oligárquica à Revolta da Vacina	1
1.1.1 A República oligárquica e o “voto de cabresto”	6
1.1.2 A modernização do Rio de Janeiro e a Revolta da Vacina (1904)	11
1.2 Contextualizando a Primeira República: da crise à “Revolução” de 1930	29
BIBLIOGRAFIA	35

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Este texto faz parte do material pedagógico desenvolvido com o objetivo de trabalhar o conteúdo da Primeira República para o 9º ano do Ensino Fundamental em uma sala de aula inclusiva com surdos. Trata-se de uma contextualização do período que poderá servir de base para o desenvolvimento do tema pelo professor.

É preciso ter ciência que este texto tem o propósito de ser uma ferramenta de apoio para o docente incluir as imagens na sala de aula inclusiva com alunos surdos. No entanto, a imagem em relação a esse educando não quer dizer que tornará o conteúdo mais fácil de assimilar, e sim, que os significados históricos serão construídos através da relação entre oralidade e visualidade.

1.1 Contextualizando a Primeira República: a consolidação da política oligárquica à Revolta da Vacina

O breve levantamento histórico realizado a seguir é necessário para que os educandos entendam o contexto da Primeira República em que as charges selecionadas circularam. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), para o trabalho de temas históricos e o tratamento de fontes históricas em sala de aula são necessários os seguintes processos: identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise. Este texto tende a auxiliar em todos os processos, especialmente, da contextualização, todavia, cabe reforçar que eles não são estanques, e sim, complementares. Portanto, esta revisão historiográfica é para servir de auxílio aos professores na abordagem da temática em sala de aula ao trazer um debate historiográfico mais recente sobre o período, possibilitando assim, que os educandos desenvolvam as habilidades propostas no documento oficial.

Como ponto de partida para abordar o tema da aula em uma turma com surdos, o chamado processo de identificação na BNCC (BRASIL, 2018), o professor pode introduzir a Primeira República apresentando os seus aspectos gerais ou através de indagações que explorem os conhecimentos dos educandos. Uma possibilidade interessante para a turma é propor questões que poderão ser exploradas através de sites, como o *Google.com* e o *Youtube.com*¹, sendo necessário que sejam compartilhadas dias antes da aula: o que é uma República? Qual a diferença entre a República Romana estudada no 6º ano e a República na França após a Revolução Francesa de 1789 abordada no 8º ano? O que quer dizer a ideia de “bem público”? Qual a diferença entre Monarquia e República? Por que o período entre 1889 e 1930 é chamado de Primeira República? Por que já foi chamado de “República Velha”? Quais as diferenças entre a República atual e a Primeira República no Brasil? Essas questões poderão ser exploradas no início da aula ou no decorrer da abordagem escolhida pelo professor.

A contextualização que se segue vai da Proclamação da República (1889) até o fim da Primeira República, em 1930. Essa parte está dividida em duas. Na primeira, o recorte está nos processos que levaram a consolidação da chamada República das Oligarquias até a Revolta da Vacina (1904), cuja ênfase estará nas contradições do processo eleitoral e da modernização urbana do país. Na segunda parte, concentra-se na análise no período que resultou na crise da Primeira República e que apontava para o anseio do aprofundamento da modernização capitalista do país.

Antes de prosseguir, preciso destacar que algumas imagens históricas que estarão no decorrer desta contextualização foram selecionadas para servir de ilustração. Pode parecer contraditório, mas explicarei o porquê. Inicialmente, o material didático adaptado com conteúdo histórico só seria composto pela análise das charges históricas, entretanto, considere importante a sua ampliação com a inclusão de um texto historiográfico com debate atual sobre aspectos da Primeira República, servindo assim, como material de apoio ao docente. Todavia, os intérpretes que me ajudaram na construção da aula questionaram a falta de imagens que ajudassem o aluno surdo na compreensão de determinados personagens, fatos e conceitos históricos do período. E me alertaram que essas imagens necessariamente precisavam dialogar com as charges para que os surdos consigam fazer as associações pertinentes. Diante disso, faço uso de pinturas, fotografias e desenhos que não serão submetidos ao processo analítico de

¹ Considero importante que o professor já indique ao aluno surdo e ao intérprete de Libras, qual o vídeo em que essas questões são exploradas. Um exemplo interessante é o que está disponibilizado no *Youtube*: “[Libras] UFSC Explica - República como forma de governo”, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c-_LtlK9Zlg. Acesso em: 01 fev. 2020.

imagens históricas, assim como realizado com as charges na dissertação².

Imagem 1



D. Pedro II na abertura da Assembleia Geral, em 3 de maio de 1872. Pintura de Pedro Américo, 1872. Acervo Museu Imperial/Ibram/Ministério da Cultura

Imagem 2



² Sobre a análise de obras de Arte ver: o livro de Santaella (2012) e o artigo de Knauss (2003). Sobre análise de fotografias ver: os artigos de Mauad (1996; 2016).

Deodoro da Fonseca, primeiro Presidente da República do Brasil. Pintura de Bror Kronstrand, c. de 1889.
Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Deodoro_da_Fonseca

Para explicar o processo de transição da Monarquia para a República, selecionei as duas pinturas acima. Sobre a pintura de D. Pedro II, apesar de não ser do final do seu reinado, ela apresenta elementos, como a coroa e a roupa, que auxiliam os educandos surdos a identificarem o que é uma monarquia, com base na hipótese de que tenham compreendido os princípios básicos no 7º e 8º ano. É importante ressaltar que no Brasil havia eleição, mas não para o cargo de imperador, ou seja, o governante do país se mantinha no poder por esse ser vitalício e hereditário. A união de interesses de determinados grupos poderia romper essa situação, conforme ocorreu em 15 de novembro de 1889. Sobre a pintura de Deodoro da Fonseca, cabe destacar que foi criada a faixa presidencial, cujo sinal em Libras é presidente, o que mostrava que o governante maior do país passava a ser temporário (por 4 anos e sem reeleição) e escolhido pelo voto.

A parte mais difícil do processo será fazer o educando surdo compreender a representação da República enquanto uma mulher. Para facilitar, busquei uma imagem comum na abordagem da Revolução Francesa para que o aluno surdo entenda, que a escolha por uma mulher para representar a República brasileira tinha vínculo com a história francesa, estudada no 8º ano. Naquele país, com a morte do rei, uma figura masculina e que representava a nação, e a derrubada da monarquia, criou-se um vazio nacional, que foi preenchido com novos símbolos. Para representar a liberdade, a revolução e a própria República, escolheu-se como alegoria a mulher, cuja inspiração era originária de Roma, onde a mulher era símbolo de liberdade (CARVALHO, 2012). Inspirados na representação francesa, a imprensa no Brasil usou a mulher para representar a República, mas depois o ideal se limitou a artistas positivistas. Pode ser interessante mostrar aos alunos surdos que nas notas do Real (pode-se usar a nota de R\$10,00 para auxiliar) ou na moeda de R\$0,50 (cinquenta centavos), a imagem da mulher é uma representação da República, interpretada sob a forma de escultura.

As duas pinturas abaixo foram escolhidas para os alunos surdos entenderem a inspiração que a França legou ao Brasil. Na obra francesa, a liberdade é representada como uma mulher de traços populares e em uma das mãos leva a bandeira da nação, a Marianne, um dos símbolos da nação. No Brasil, a alegoria da mulher para a República não ganhou espaço no cenário político, porém, alguns artistas ainda buscaram fixar a sua representação no imaginário, como é a pintura de Manuel Lopes Rodrigues. Em síntese, a República, que usa um barrete (gorro) frígio vermelho, está sentada no trono que era da monarquia e apresenta um ar de tranquilidade do novo governo; o que não era bem verdade, já que os conflitos pelo poder federal eram

constantes. O importante para o momento é que os educandos surdos entendam essa representação dada a República para compreenderem uma das charges de Storni.

Imagem 3



*Obra A Liberdade guiando o Povo, 1830, França. Pintura de Eugène Delacroix.
Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/mlr_rapj.htm*

Imagem 4



*Alegoria da República, 1896. Pintura de Manuel Lopes Rodrigues. Óleo sobre tela, 230 x 120 cm.
Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/obras/mlr_rapj.htm*

1.1.1 A República oligárquica e o “voto de cabresto”

Os dez primeiros anos da Primeira República, considerados por Marcos Napolitano (2018) como de consolidação da ordem republicana, foram marcados por diversos conflitos entre as oligarquias, como a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893-1895), e entre setores das Forças Armadas, como a Revolta da Armada (1893-1894). Além desses conflitos, a Guerra de Canudos (1893-1897) é outro evento emblemático do período, já que se resultou das tensões sociais e políticas no interior do país, que, por sua vez, derivaram-se da situação de miséria e de exploração sofrida pelas classes populares rurais pelos fazendeiros locais.

Com o advento da República e a implantação da Federação, as elites oligárquicas ascenderam diretamente ao poder nas diferentes regiões do país, já que no sistema monárquico, elas não o detinham formalmente (MONTEIRO, 1990). E com o intuito de pacificar as disputas violentas recorrentes entre as oligarquias estaduais desde a implantação do sistema republicano e garantir estabilidade ao governo federal, Campos Sales (1898-1902) articulou um acordo entre as elites, chamado de Política dos Governadores, que consistia no apoio político e financeiro do governo federal aos grupos eleitos nos estados, independente da oligarquia; que, por sua vez, deveriam dar apoio às medidas federais no Congresso Nacional (RESENDE, 2011).

A base de sustentação estava com os fazendeiros, os ditos “coronéis” e representantes das oligarquias nos municípios, que garantiriam os votos nas eleições. Essa política até minimizou as disputas entre as oligarquias, contudo, institucionalizou mecanismos de fraude eleitoral, como a adulteração das “atas eleitorais” (que consolidavam os resultados das urnas nos municípios), já que os grupos que estavam no poder passaram a usar diversos artifícios para mantê-lo (NAPOLITANO, 2018; PONTES, 2013). Outro mecanismo favorável às oligarquias dominantes era a Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados, que após a eleição, era responsável por diplomar os deputados eleitos. Essa passou a não reconhecer a vitória dos opositores, acusando-os, comumente, de corrupção. Com isso, frequentemente, a vitória era dada aos deputados da situação (JANOTTI, 1999). Sendo assim, com o controle da máquina administrativa, as oligarquias, com base no coronelismo e mesmo diante de conflitos locais e estaduais, conseguiram se perpetuar no poder (MONTEIRO, 1990).

Em síntese, a mudança para a República não significou maior participação da população como também criou um processo maior de exclusão política. Conforme Carvalho (2013a, p. 41):

Do ponto de vista da representação política, a Primeira República (1889-1930) não

significou grande mudança. Ela introduziu a federação de acordo com o modelo dos Estados Unidos. Os presidentes dos estados (antigas províncias) passaram a ser eleitos pela população. A descentralização tinha o efeito positivo de aproximar o governo da população via eleição de presidente de estados e prefeitos. Mas a aproximação se deu sobretudo com as elites locais. A descentralização facilitou a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas em partidos únicos, também estaduais [...].

Campos Sales também contribuiu para o processo de consolidação da República com o equacionamento momentâneo da crise econômica. Sendo assim, deixou aos seus sucessores uma República que institucionalizou o poder das oligarquias, ao mesmo tempo, que neutralizava outros projetos republicanos, como dos positivistas e jacobinos, que contavam com o apoio das classes médias urbanas.

A Constituição garantiu ao processo eleitoral o voto direto, porém, esse não era secreto. Com certo controle sobre as eleições, os coronéis se aproveitavam das brechas constitucionais para implementar os esquemas da fraude eleitoral, entre os quais, o “voto de cabresto”. Esse consistia na imposição dos candidatos que muitos eleitores deveriam votar, pois eram coagidos, especialmente, por homens armados que trabalhavam para os coronéis, os chamados jagunços. Além do uso da violência, no sistema conhecido como coronelismo, havia também o clientelismo, isto é, o coronel conseguia o voto dos eleitores, seus clientes, através da troca de “favores”: o eleitor votava no candidato indicado e ganhava em troca cesta básica, remédios, empréstimo de dinheiro ou conseguia vaga de emprego ou em hospital para algum familiar. A fraude eleitoral generalizada provocou em diferentes regiões tensão entre os coronéis, o que tornava as eleições um momento de conflitos violentos entre eles (NAPOLITANO, 2018; PONTES, 2013).

Todavia, nos últimos anos, novos estudos historiográficos têm reexaminado conceitos e ideias políticas clássicas sobre a Primeira República. De acordo com Viscardi e Figueiredo (2019), não se pode negar a existência de manipulação e de fraudes nos processos eleitorais do período, no entanto, muitos aspectos precisam ser relativizados. Em relação ao voto, os autores apontam que era um desafio aos diferentes grupos conseguirem o voto na eleição. De partida, a própria Constituição limitava o eleitorado. Participavam os cidadãos maiores de 21 anos, diga-se homens alfabetizados, que não fossem mendigos, soldados de baixa patente e religiosos. As mulheres nem citadas eram. Só isso já excluía cerca de 80% da população. Além do mais, pelo voto ser facultativo e aberto, o número de não votantes tendia a crescer mais.

Isto é, a dinâmica do voto de cabresto não estava em só conseguir o voto do eleitor, e sim, de garantir a sua presença no pleito. Para Viscardi e Figueiredo (2019, p. 18), em resumo,

Apenas por sua presença no pleito, seja de modo voluntário ou conduzido, é que se forjaria [...] um tipo de soberania popular. Em um país com dimensões continentais, marcado por um conjunto populacional majoritariamente residente no campo, e

detentor de precárias vias de acesso para o interior, o voto não seria algo tão fácil de se obter e nem de se coagir.

Segundo os autores, os processos eleitorais naquele período eram marcados por uma desorganização, pois os pleitos não eram de responsabilidade do poder público, mas sim, dos próprios cidadãos. Um exemplo disso, é que as residências privadas poderiam ser locais de votação. Isso indicava a indefinição da participação do eleitorado. Sem certeza do que poderia ocorrer, os grupos locais buscavam os meios ilícitos para garantir a vitória. Ou seja, a grande abstenção nos pleitos e as formas de burlar o processo eleitoral são indicativos de que não havia o controle irrestrito sobre o processo, muito menos sobre o eleitorado. É preciso ter ciência dessas novas ideias, pois elas servirão de base para a análise da charge de Storni relacionada ao “voto de cabresto”.

Abaixo, seguem quatro fotos para ilustrar a constituição do “voto de cabresto”: a primeira e a segunda, referem-se ao processo eleitoral: uma, é bem provável que seja a foto da participação de um eleitor na eleição de 1894. Os outros participantes da foto, de maneira geral, tiveram acesso a sua escolha, pois o voto era aberto. A outra foto é de uma urna de madeira usada no período. O eleitor colocava seu voto em um papel e depois inseria na urna. Em muitas regiões era comum o roubo da urna, em que ocorria a troca de votos a favor do político ligado a um determinado coronel. A terceira e a quarta, relacionam-se a um exemplo da relação entre coronéis, políticos e eleitores (cabe ressaltar que o coronel Dico era o próprio candidato e ele era um grande comerciante da região). A outra, apresenta uma família da zona rural, que possivelmente, poderia estar subjugada aos interesses de um fazendeiro (coronel).

Imagem 5



*Provável foto de um eleitor em votação em uma seção eleitoral. Fotografia sem autor, c. 01 de março de 1894.
Disponível em:
<https://www.migalhas.com.br/quentes/275419/ha-124-anos-primeira-eleicao-direta-no-brasil-teve-mais-de-200-candidatos-a-presidencia>*

Imagem 6



*Urna de madeira usada nas eleições no início do século XX. Fotografia Justiça Eleitoral da Paraíba.
Disponível em: <http://apps.tre-pb.jus.br/memorial/index-menu.php?menu=centrofisico&conteudo=urnas#prettyPhoto>*

Imagem 7



Comício de Antonio Soares de Barros, o coronel Dico, para eleitores em uma região da cidade de Ijuí, interior do Rio Grande do Sul. Sem autor, c. década de 1910.

Disponível em: <https://www.professorfiorin.com/2012/07/politica-em-ijui-na-republica-velha.html>

Imagem 8



Uma família do interior de São Paulo, área rural. Exemplo de moradores do campo que poderiam ficar presos politicamente aos fazendeiros (coronéis) da região. Fotografia de Monteiro Lobato, 1913.

Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/RepublicaVelha.htm>

1.1.2 A modernização do Rio de Janeiro e a Revolta da Vacina (1904)

O presidente Rodrigues Alves (1902-1906), impulsionado pela melhora na economia brasileira e mundial (a burguesia dos EUA e da Europa buscava novos mercados para investirem) patrocinou uma reforma urbana na cidade do Rio de Janeiro³, cujo intuito era

³ Não era novidade para a cidade uma intervenção urbanística ou controle nos costumes. De acordo com Rodrigues (2009), desde o final do século XIX, diversas intervenções foram realizadas em diferentes pontos da cidade na tentativa de melhorar o ambiente urbano em favor do comércio e da ligação entre o centro e outras regiões periféricas. Frequentemente, essas intervenções geravam conflitos entre os interesses público e privado. Entre os exemplos do período é possível citar: em relação ao centro urbano, foram retirados os currais e matadouros caseiros, proibidos estábulos, hortas e capinzais, além de maior controle sobre a ampliação das construções coletivas. A partir de 1892, o Distrito Federal ganhou autonomia tendo um governo próprio, cuja indicação caberia ao presidente. O primeiro prefeito foi Barata Ribeiro. Em sua administração realizou a reforma da Praça XV, porém, o caso mais emblemático e celebrado pela imprensa foi a destruição em 1892, do cortiço “Cabeça-de-porco”, que se localizava atrás da Central do Brasil, onde hoje é o Túnel João Ricardo. Habitavam o cortiço cerca de 4 mil pessoas, que no olhar da imprensa eram “capoeiristas e criminosos”. Em suma, o objetivo da maioria dos prefeitos até Pereira Passos foi distanciar os pobres do centro da cidade e impedir seus deslocamentos pelos espaços nobres. Após a reforma Passos, outras reformas foram empreendidas por diferentes prefeitos: Carlos Sampaio, entre 1920 e 1922; Henrique Dodsworth, no período do Estado Novo (1937-1945), que deu origem a Avenida Presidente Vargas. Na década de 1960, algumas favelas foram removidas, e na de 1970, o bairro do Catumbi todo remodelado. Nas décadas seguintes, poucas foram as intervenções (BENCHIMOL, 2011). Por fim, cabe destacar que para a Olimpíadas 2016, o prefeito Eduardo Paes empreendeu novas mudanças na cidade, por exemplo, a remodelação da área do porto, agora chamado de “Porto Maravilha” e a implantação do Veículo Livre sobre Trilhos (VLT), cuja ideia futura é diminuir o tráfego de automóveis pelo centro da cidade. No arquivo digital “Memória da destruição: Rio – uma história que se perdeu (1889-1965)” são disponibilizadas fotografias de diversas reformas realizadas na cidade. Disponível em:

modernizar a capital federal, transformando-a no cartão de visita ao “mundo europeu civilizado”. Buscar-se-ia a “[...] reformulação urbana sob o pretexto de melhorar a imagem, a sanidade e a economia da capital federal, a fim de facilitar a imigração de estrangeiros ao Brasil, causa momentosa da lavoura cafeeicultora paulista, em crise de mão-de-obra desde a abolição da escravidão.” (AZEVEDO, 2003, p. 36). O projeto apresentava três eixos: melhoramento do porto, remodelação urbana e saneamento da capital federal. O escolhido para o empreendimento no centro da cidade foi o engenheiro Pereira Passos⁴, que ficou como prefeito da cidade entre 1902 e 1906.

Para Azevedo (2003), na verdade, a reformulação realizada por Rodrigues Alves foi marcada por duas intervenções urbanísticas na cidade, uma conduzida pelo Governo Federal e projetada pelo ministro Lauro Muller e o engenheiro Francisco Bicalho; e outra, pela prefeitura, através de Pereira Passos. As intervenções urbanas realizadas deveriam ser complementares, entretanto, guardavam em seu interior um embate entre as diferentes formas de ver a modernidade. Para Rodrigues (2009), havia uma tensão entre uma razão técnica e outra cultural. Enquanto a reforma de Lauro Muller previa o melhor fluxo com o capital estrangeiro, a de Pereira Passos pretendia melhoras para a cidade. A de Muller seguia assim uma razão técnica; já a de Passos, uma razão cultural. A de Muller foi vencedora, o que revela o porquê de a Avenida Central ser considerada um dos ícones da modernidade carioca.

Com certo autoritarismo, a reforma de Passos, que tinha o intuito de resolver problemas urbanísticos da cidade, entre os quais, o acúmulo de lixo nas ruas e as condições precárias das habitações, destruiu diversos imóveis antigos, que de modo geral, eram construções coloniais e cortiços, sendo esses em sua maioria, habitações para os mais pobres. Essa intervenção urbana ficou conhecida popularmente como “bota-abaixo”. No lugar das mais de 600 habitações demolidas surgiram avenidas, edifícios, jardins e praças (RIO DE JANEIRO, 2006). Uma das principais intervenções na cidade foi a construção da Avenida Central⁵, hoje avenida Rio Branco, que tinha o intuito de ligar dois polos fundamentais da cidade, o porto e o centro comercial. Além disso, trazia uma estrutura urbanística mais moderna combinada com os novos edifícios, cuja inspiração se deu nos bulevares parisienses (AZEVEDO, 2003; RODRIGUES,

<http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/memoria_carioca_pdf/memoria_da_destruicao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

⁴ Francisco Pereira Passos (1836-1913), apesar de já ter mais de 60 anos, era homem ligado aos novos tempos. Filho de cafeeicultor do Vale do Paraíba, estudou na França e acompanhou uma das fases mais delicadas da reforma de Paris realizada por Georges-Eugène Haussmann. Era membro do Clube de Engenharia e dono da Estrada de Ferro do Corcovado. Como homem empreendedor, de comando e de experiência no setor público, apresentava as características necessárias para realizar as mudanças desejadas pelas classes dominantes (RODRIGUES, 2009).

⁵ A Avenida Central estabeleceu a possibilidade de comunicação entre o porto e o centro comercial da cidade. E pela implantação de tecnologias mais modernas (redes de luz e telefone; calçamento, etc.) foi tida como sinal do progresso material e propiciadora da civilização (AZEVEDO, 2003; RODRIGUES, 2009).

2009).

Abaixo, seguem três fotografias de cortiços que estavam localizados no centro do Rio de Janeiro e foram demolidos. Servirão para ilustrar aos educandos surdos como era esse tipo de habitação usada pela população mais pobre da cidade.

Imagem 9



Nos cortiços, onde costumavam morar lavadeiras e outros prestadores de serviço, eram comuns a disposição de varais de roupa. Isso revelava as questões sociorraciais da cidade.

Fotografia de Augusto Malta, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. (Foto colorizada)

Disponível em: <https://jornal.usp.br/cultura/livro-indicado-pela-fuvest-o-cortico-retrata-o-brasil-de-hoje/>

Imagem 10

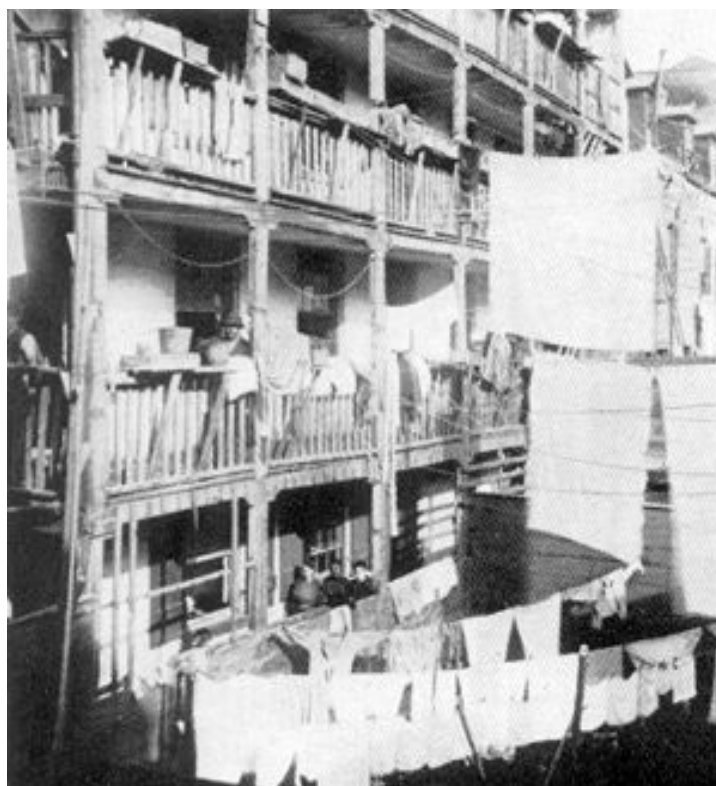


Imagem 11



*Fotografias de cortiços no centro do Rio de Janeiro, c. 1904-1906. Provav. Augusto Malta.
Disponível em: <http://arteculturaeliteratura.blogspot.com/2012/09/a-telenovela-lado-lado-e-o-resgate.html>*

As três fotografias a seguir mostram distintos momentos das reformas na cidade. A primeira, apresenta homens, engenheiros e trabalhadores no processo inicial de demolição de

cortiços e outros edifícios coloniais para a abertura da Avenida Central. A segunda, apresenta o avançar da obra em duas etapas: à esquerda, é possível perceber a continuidade da derrubada das edificações indesejáveis; ao centro, nota-se a instalação das novas luminárias; e à direita, são vistos a construção de novos edifícios, erguidos concomitantemente com a evolução das obras na avenida. A terceira imagem mostra do alto a Avenida Central após sua inauguração.

Imagem 12



Equipe de engenheiros e trabalhadores em um dos dias das demolições para a abertura da Avenida Central, entre 1904 e 1905. Fotografia de João Martins Torres.

Disponível em: https://www.flickr.com/photos/andre_so_rio/521629739/in/photostream/

Imagem 13



Abertura da Avenida Central: destruição de cortiços e edificações coloniais (esquerda) e construção de novos edifícios (direita). Fotografia de Augusto Malta, 1904.

Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/rio-de-pereira-passos-paes-22207293>

Imagem 14



Avenida Central, 1905 (atual Avenida Rio Branco). Fotografia de Marc Ferrez. Biblioteca Nacional.

Disponível em: <http://www.paginasmovimento.com.br/pagina-ob.html>

Outro problema estrutural da cidade era o ambiente propício para a proliferação de

diversas doenças, entre as quais, a tuberculose, a hanseníase, o sarampo, o tifo, a coqueluche, a difteria etc. As constantes epidemias de varíola, da peste bubônica e da febre amarela desde meados do século XIX atingiam mortalmente a população. Diante disso, entre os estrangeiros, o Rio de Janeiro passou a ser conhecido como a “cidade da morte” e “túmulo dos estrangeiros” (RIO DE JANEIRO, 2006). No discurso das autoridades e das elites era preciso higienizar as ruas e as pessoas, manifestado através da vigilância e da intervenção nos costumes populares. É fundamental destacar que os problemas históricos da cidade, entre eles, a pobreza e as doenças, foram considerados como responsabilidade das camadas populares, e não, resultantes dos processos de exclusão social e econômica vivenciados pelos mais pobres, que, na realidade, intensificaram-se com o sistema republicano (NAPOLITANO, 2018; CARVALHO, 2013). Para Rodrigues (2009), os ideais de modernidade atrelados às modificações econômicas impulsionaram não só uma reforma urbana, mas também, dos hábitos, costumes e valores. Para o autor, na questão macro, havia pouca resistência da sociedade carioca ao “bota-abaixo”, o que tende a demonstrar uma certa aceitação do progresso imposto à cidade. Para o autor, uma das exceções coube, logo, a revolta contra a vacinação obrigatória, que, em sua visão, tratou-se mais de uma questão política que afetava a ordem privada. Não obstante, esse fato revela que junto a imposição de uma cidade ideal pelo poder público, existia aquela que se procurava derrotar, a real, a do trabalho.

O enfrentamento das doenças ficou a cargo do médico sanitarista doutor Oswaldo Cruz, empossado por Rodrigo Alves como diretor da Saúde Pública. Inicialmente, Cruz tomou medidas para eliminar os mosquitos contaminados e transmissores da febre amarela. Em seguida, realizou ações contra os ratos e o lixo acumulado nas ruas com o objetivo de eliminar a peste bubônica. A partir de 1904, iniciou o combate à varíola através de vacinação geral. Para se garantir o sucesso da campanha um projeto de lei de vacinação obrigatória⁶ foi proposto. Essa lei, por um lado, trazia sanções ao que não se vacinassem, como multas e uma série de impedimentos a diversos serviços, como casamento e viagens. Por outro lado, reforçava os instrumentos legais de coação já existentes (BENCHIMOL, 2011), como a autorização de invasão de casas e, caso necessário, de vacinação à força.

A primeira fotografia a seguir é de Oswaldo Cruz. Ela será importante para que os alunos o possam identificar na charge sobre a Revolta da Vacina. A segunda, mostra agentes sanitários em ação no isolamento com mosquito de uma residência com foco de *Aedes aegypti*, causador da febre amarela, para em seguida lançar inseticida em seu interior. A terceira foto, mostra as equipes de agentes sanitários saindo da base do Serviço de Profilaxia da febre

⁶ A regulamentação da vacina obrigatória foi apelidada de “código de torturas” (RIO DE JANEIRO, 2006, p. 15).

amarela em destino a diferentes regiões da cidade. A quarta, mostra vendedores ambulantes, passantes e outros populares em frente à Igreja de São Joaquim. A quinta nos apresenta habitações populares na Rua do Rezende. São indivíduos dessa classe social que enfrentaram as forças do governo contra a vacinação obrigatória.

Imagem 15



Fotografia de Oswaldo Gonçalves Cruz. Acervo da Fundação Oswaldo Gonçalves Cruz. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Oswaldo_Cruz

Imagem 16



Agentes sanitários da Brigada de mata-mosquitos em ação no isolamento de uma residência com foco de febre amarela, 1905. Sem autor. Acervo Casa de Oswaldo Cruz Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=12743>

Imagem 17



Brigada contra mosquito do Serviço de Profilaxia da febre amarela, 1905. Acervo Casa de Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=1905>

Imagem 18



Populares em frente à Igreja de São Joaquim, centro do Rio de Janeiro, 1904. Fotografia Augusto Malta. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiana/handle/20.500.12156.1/2968>

Imagem 19



*Populares na Rua do Rezende, centro do Rio de Janeiro, 28/08/1906. Fotografia Augusto Malta.
Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2968>*

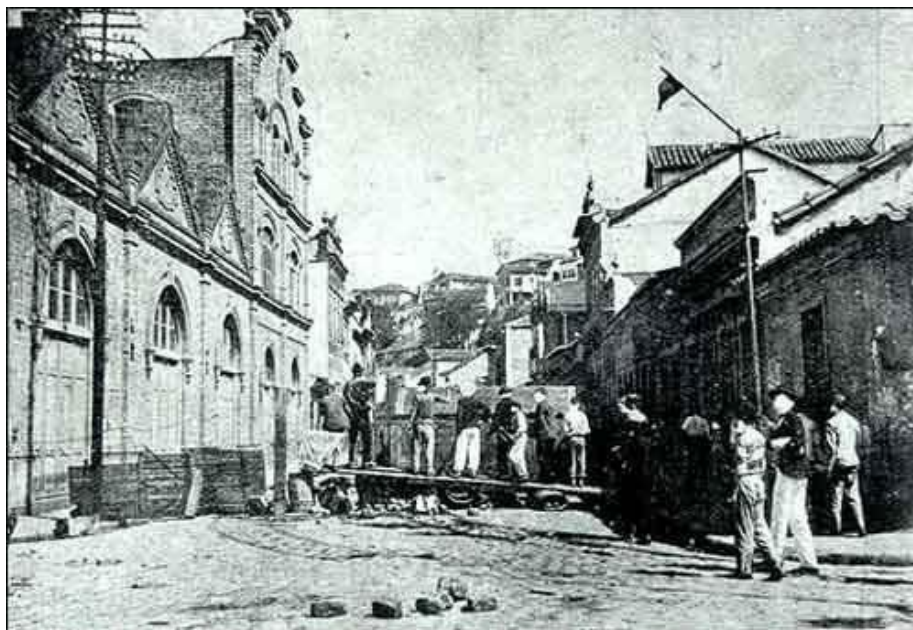
A lei foi aprovada em 31 de outubro de 1904, e diversos políticos e organizações operárias, por diferentes motivos, colocaram-se contra a medida. A junção das insatisfações contra o governo, como o autoritarismo (expulsão do centro e as proibições sanitárias), o desrespeito do espaço privado (invasão dos lares em período de trabalho), o desconhecimento sobre a vacina, a exploração nas fábricas, entre outras razões, resultou numa tensão social que sucedeu no estouro de uma grande revolta na cidade, iniciada no dia 10 de novembro. O estopim foi a divulgação pela imprensa no dia anterior do esboço do projeto de regulamentação da lei elaborado e redigido por Oswaldo Cruz (BENCHIMOL, 2011; CARVALHO, 2013). A charge de Leonidas escolhida para ser analisada não se trata de uma representação posterior do evento, mas sim, da tensão social que era percebida antes da revolta.

Entre os dias 10 e 16⁷ de novembro, a cidade esteve sob forte agitação, com o envolvimento dos positivistas do Exército, sob a liderança de Lauro Sodré, que enxergavam a possibilidade de um golpe. Em diversas ruas do Centro, na Gamboa, na Saúde, mas também, em outros bairros, como São Cristóvão, postes de iluminação e calçadas foram danificadas, trilhos foram arrancados, bondes foram derrubados. Pelas ruas surgiram barricadas erguidas pelos populares com os entulhos das demolições. O governo reagiu adotando o estado de sítio e convocando tropas do Exército e Marinha de outros estados. No confronto contra as forças

⁷ Autores, como Carvalho (1987), apontam o dia 18 como data de término.

policiais, segundo Carvalho (2013a, p. 74), ouvia-se “Morra a Polícia! Abaixo a vacina!”. Os populares, além das armas improvisadas, usaram algo da sua cultura como defesa, a capoeira.

Imagem 19



Fotografia de uma barricada em uma das ruas do bairro Saúde, Rio de Janeiro, novembro de 1904. Sem autor. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Barricada_da_Sa%C3%BAde.jpg

E quais os motivos que levaram à revolta? É interessante mostrar aos alunos como os historiadores apresentam diferentes pontos de vista⁸ sobre um fato histórico, e isso tem relação direta com os documentos históricos usados pelos mesmos. Um dos pioneiros ao questionar a ideia da revolta como ação de desordeiros, discurso construído primeiramente pela imprensa do período, foi Carvalho (1987; 2013a). Afirma o autor, que apesar de ter sido um movimento mais reativo do que propositivo, revela que as classes populares não estavam inertes aos acontecimentos do período, conforme sustentou por bastante tempo a história tradicional. Mesmo não participando oficialmente da política, sendo uns excluídos do processo eleitoral por causa da lei que proibia o voto dos analfabetos, e outros, que preferiam não se envolverem, esses cidadãos tinham alguma noção de seus direitos e dos deveres do Estado. Para o autor a revolta não teve motivação econômica e nem foi ação direta contra a intervenção urbana empreendida, sendo, na verdade, resposta direta à campanha de combate às epidemias e à

⁸ Segundo o historiador Reis (2007, pág. 7-10): “Os historiadores reescrevem continuamente a história. E o fazem talvez por duas razões principais: [...] Em primeiro lugar, pela especificidade mesma do objeto do conhecimento histórico: os homens e as sociedades humanas no tempo. O sentido dos processos e eventos humanos, que são temporais, não é conhecível imediatamente.

[...] Em segundo lugar, a história é reescrita porque o conhecimento histórico muda, acompanhando as mudanças da história. Novas fontes, novas técnicas, novos conhecimentos e teoria, novos pontos de vista levam à reavaliação do passado e das suas interpretações estabelecidas [...] O passado é, então, repensado e ressignificado de forma renovada e fecunda.”

vacinação obrigatória tendo como pano de fundo os valores e costumes do período. Isto é, a questão moral (representada, por exemplo, na exposição dos braços, coxas ou nádegas das mulheres -esposas e filhas- dos operários aos agentes públicos) teve influência determinante sobre o envolvimento dos homens pobres no conflito (CARVALHO, 2013a; 2013b).

Segundo o historiador Nicolau Sevcenko (1993), a revolta teve outros motivos. Foi um movimento explosivo contra o processo de aburguesamento a que a cidade era submetida, sendo o fundamento desse processo: um discurso modernizante autoritário. Assim sendo, a reação não era contra a vacina, mas contra a própria história de exclusão sofrida pelas camadas populares. Já Aquino, Vieira, Agostino e Roedel (2012) reafirmam que, a reação popular foi uma resposta direta ao autoritarismo do governo que se valia do discurso de higienização para expulsar as camadas populares da área central. Somado a isso, havia também como plano de fundo, o alto custo de vida, as más condições de trabalho e os problemas diários, como o do transporte público. Para os autores, a justificativa do Estado para a intervenção no centro da cidade era de caráter público, de interesse coletivo. Porém, na prática, havia a transferência forçada da população mais pobre para a periferia, sem se tocar na questão primordial, no caso, o acesso à moradia com condições de qualidade. Com base na ideia dos autores, pode-se citar o processo de formação das favelas e de alguns bairros do subúrbio, que foi mais uma solução de sobrevivência encontrada pelos populares do que uma ação urbanística planejada pelo governo.

Já o historiador Chalhoub (1996) relativiza a posição dos autores acima. Para o autor, enquanto Carvalho (2013a) maximiza a defesa da moral como fator aglutinador dos grupos participantes da revolta, minimiza outros fatores, como a insatisfação contra os problemas econômicos e transformações urbanas radicais realizadas na cidade. Afirma ainda, que os documentos usados pelo autor não representavam a realidade da maioria da população, que apesar do descontentamento com as questões das invasões das casas e morais, não seriam os motivos principais que levaram a ação dos revoltosos.

Sobre a análise de Sevcenko (1993), Chalhoub (1996) diz que embora o texto aponte as possíveis explicações, é limitado por apresentar uma visão generalizante e monolítica, resultante da falta de uma pesquisa documental mais profunda, mesmo que o objetivo do texto seja apenas ser uma introdução ao tema. O historiador questiona, que afora aponte a revolta como uma reação a favor da defesa de uma cultura popular existente, na verdade, a ação do povo se banalizou pela negação do processo modernizador burguês. Além disso, os revoltosos são representados apenas como reativos e não agentes do processo, já que o autor não fez um levantamento das experiências históricas dos sujeitos envolvidos na revolta.

Para Chalhoub (1996), de maneira geral, as análises realizadas sobre o evento colocaram

a vacina como pretexto para a revolta, no entanto, não pesquisaram além do fato e daquele contexto histórico. Não houve pesquisa sobre o serviço de vacinação antivariólica, que naquele ano completava centenário. Ou seja, a vacinação antivariólica não era novidade no Brasil, pois a vacina desenvolvida pelo doutor Edward Jenner⁹ chegou ao Brasil em 1804¹⁰. Em estudos do início do século XX, afirmava-se que a vacina foi bem recebida pela população no Império, mas o que teria levado a recusa da vacinação no decorrer dos anos? Na análise realizada pelo autor, entre as constatações sobre a questão no período imperial, aponta que por volta de 1830, os médicos acreditavam que havia uma relação entre o tráfico de escravizados e os surtos de varíola no Rio de Janeiro. Estavam certos, mas o estereótipo que tinham sobre a África, impedira-os de verem as reais causas.

Apesar da carência de registros sobre a vacinação na primeira metade do século XIX na capital, o historiador percebeu que inicialmente havia uma tendência para a imunização dos escravizados, porque quando chegavam à cidade, já eram submetidos à vacina. Porém, com a proibição do tráfico, a imunização caiu significativamente. Possivelmente, isso levou a queda de vacinados no país: segundo tabela de vacinados na Corte entre 1818 e 1822, numa população de 112.695 habitantes (em 1821), apenas 12.285 foram imunizados por ano, o que dá a média de 21,8 para cada 1000 habitantes. Já entre 1846 e 1850, dos 266.466 habitantes (em 1849), 21.857 foram vacinados por ano, logo a cada 1000 habitantes, apenas 16,40 vacinados. Outro problema constatado foi que, enquanto nos primeiros anos, 58,24% dos vacinados voltaram para acompanharem a imunização; em meados do século, apenas 46,20% voltaram. Esses dados levavam os médicos a priorizarem nos relatórios de saúde, os porquês do “horror à vacina”.

Ao estudar a história do processo de imunização contra a varíola à recusa da vacina no Brasil, Chalhoub (1996) percebeu que havia um aspecto tradicional e que ficou oculto nas fontes historiográficas: a tradição afro-brasileira de combater a varíola com a prática ancestral da variolização. De acordo com a crença, Omolu, era o orixá responsável, ao mesmo tempo, por espalhar a doença e curar os devotos, que em ritual ao mesmo, realizavam a inoculação de material varioloso. Segundo o autor, a intervenção humana na ação do orixá e a imposição da vacina com material animal, significava a destruição do grupo social que o seguia. Portanto, a revolta se deu assim pela própria questão da varíola. Isso é explicativo, já que a cidade do Rio

⁹ Através da observação de camponeses e com base na crença popular, a partir da década de 1770, o doutor E. Jenner constatou que as pessoas que adquiriam a *cowpox* bovina, doença que atinge ocasionalmente as vacas, ficavam imunes à varíola humana (CHALHOUB, 1996). Em sua experiência, Jenner cunhou a palavra vacina, oriunda do adjetivo latino *vaccina*, que significa “de vaca” em português.

¹⁰ Segundo Chalhoub (1996), apesar da discordância entre historiadores, é o ano mais provável.

de Janeiro no início do século XX tinha uma população de cerca de 700 mil habitantes, sendo a maioria formada por negros, entre ex-escravizados e descendentes de escravizados (CHALHOUB, 1996). Além disso, recebia constantemente novos cidadãos, que em busca de oportunidades, migravam para o Rio de Janeiro, vindos, em especial, das fazendas de café decadentes do Vale do Paraíba, além de outras regiões do país, como o Nordeste (SEVCENKO, 1993).

É interessante destacar que, a revolta em relação à vacina não foi um caso isolado, já que desde a virada do século diversos conflitos ocorreram pelas ruas do Rio de Janeiro em decorrência da insatisfação popular. Sevcenko (1993) cita que em 1901 houve um protesto popular contra o aumento das tarifas e o péssimo serviço prestado no transporte público da cidade. Para Carvalho (2013a), desde a Revolta do Vintém, em 1880, outras formas de questionamentos da população se sucederam. Além disso, Carvalho (2013b) destaca em uma análise mais recente que:

[...] Uma coisa é certa: houve várias revoltas dentro da revolta. Uma delas foi, sem dúvida, a dos militares. Outra, a dos operários do Centro das Classes Operárias e das fábricas do Jardim Botânico. E ainda uma terceira, a do “povão” do Sacramento e da Saúde, reunindo capoeiras, prostitutas da rua de São Jorge, portuários e gente com passagens pelas delegacias de polícia.

[...]

Naquele momento, outros grupos se aproveitaram da revolta popular. Os militares e políticos da oposição queriam derrubar o governo, queriam acabar com o que chamavam de “república prostituída dos fazendeiros” e restaurar a pureza que viam em Floriano Peixoto e Benjamin Constant. Para o “povão” do Sacramento e da Saúde, talvez a intervenção sanitária de Oswaldo Cruz não fosse exatamente o principal motivo das manifestações. É possível que tenha aproveitado a revolta para bater em seu tradicional inimigo, a polícia. (CARVALHO, 2013. p. 356-357).

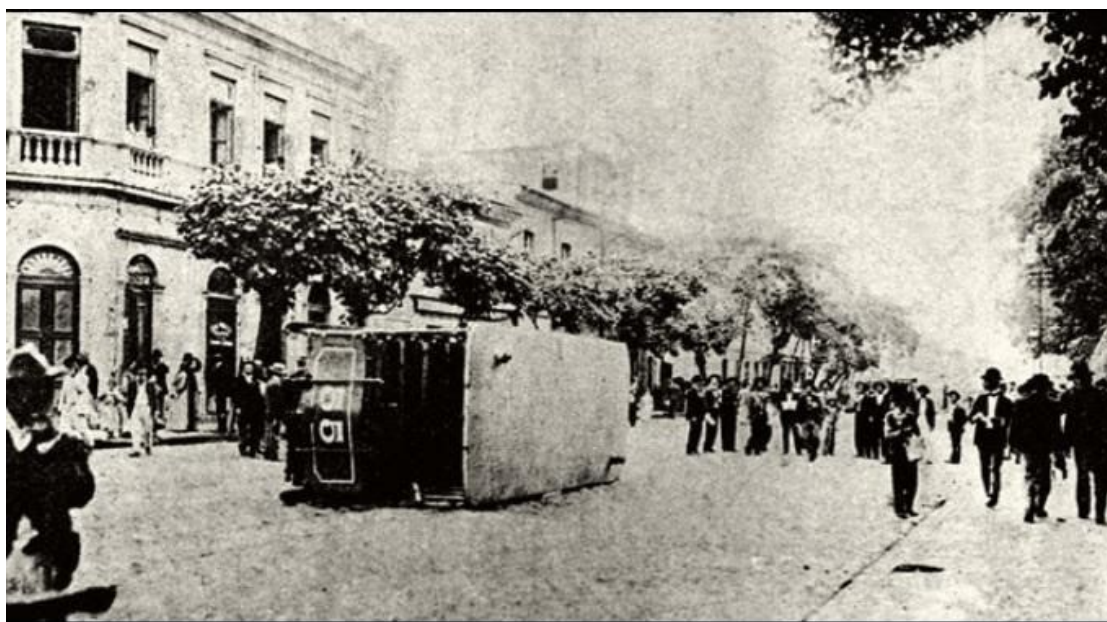
O saldo final do conflito foi de cerca de 30 mortos, centenas de feridos, vários presos e muitos deportados do Rio de Janeiro para o Acre. A questão étnico-racial dos envolvidos fica mais que evidente em relação as punições do governo, pois se concentraram sobre os negros, como é o caso do estivador e capoeirista Horácio José da Silva, apelidado de Prata Preta, e que foi deportado para o Acre, acusado de ser um dos líderes do motim. Para as autoridades e os grupos dominantes, a revolta foi uma ação de desordeiros contra o progresso, e por isso, deveria ser esquecida.

E assim foi por bastante tempo, até que novos historiadores, como os já citados, debruçaram-se sobre a temática e lançaram novas interpretações sobre os fatos. Por fim, cabe citar que a população mais pobre sofreu duas consequências negativas pelo ocorrido: primeiramente, para controlar a situação, o governo usou todos os recursos violentos possíveis, desde o uso de várias forças de repressão (Polícia, Exército, Marinha, inclusive, até o Corpo de Bombeiros), até o bombardeio de bairros populares. O segundo, por ser a população mais

vulnerável às doenças, em decorrência da má alimentação e por viver em lugares com péssimas condições de higiene, foi a mais atingida pela morte (BENCHIMOL, 2011; AQUINO *et al.*, 2012). Em 1904, 3500 pessoas morreram de varíola, enquanto em 1906, foram apenas 9 pessoas em decorrência da vacinação anterior. Não obstante, um surto da doença em 1908 fez 6550 vítimas. Até 1909, a vacinação obrigatória ainda era uma questão a ser resolvida (RIO DE JANEIRO, 2006).

A seguir seguem duas fotografias, dois desenhos e um mapa. As fotografias servem para mostrar algumas ações dos populares em meio a revolta, como a derrubada de bondes, usados como barricadas. Já em relação aos desenhos, o primeiro serve para representar o medo da vacina e sobre a questão moral reclamada, pois os agentes da saúde teriam acesso a certas partes do corpo das mulheres que eram proibidas de serem vistas (braço, coxa ou nádegas). O segundo, é uma representação de Prata Preta, um dos líderes entre os populares. Há três fotografias que estão na parte em que analiso a revista *O Malho* (capítulo 4) e que também podem ser usadas para mostrar a violência do governo após o fim da revolta. A princípio, não iria fazer uso de mapa, no entanto, na pesquisa encontrei o que está abaixo e fiz a escolha por incluí-lo no texto, já que pode auxiliar o aluno surdo na identificação dos locais onde a revolta ocorreu e também por apresentar informações visuais sobre as consequências da revolta.

Imagem 20



*Fotografia de um bonde derrubado em plena revolta. Aspecto da Praça da República no dia 14 de novembro de 1904, Marianno da Silva. Acervo Fiocruz.
Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=19095>*

Imagem 21



*Fotografia de três bondes derrubados e de populares em frente à Praça da República (atual Campo do Santana), em meio a revolta, no dia 14 de novembro. Acervo Fiocruz.
Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/revolta-da-vacina-22296384>*

Imagem 22



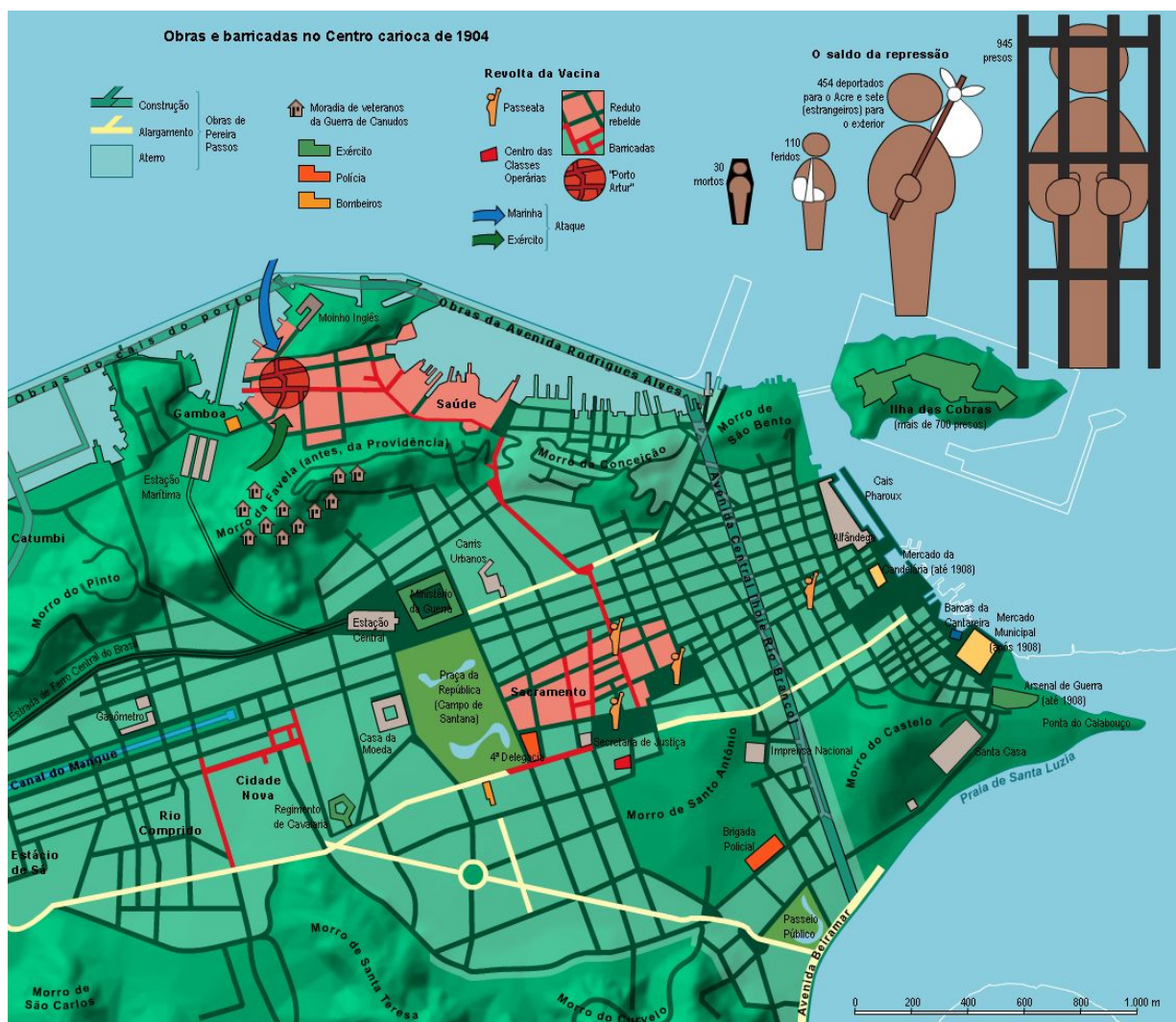
*Desenho de uma mulher sendo vacinada, sem data. As pessoas, por um lado, tinham medo da vacina, e por outro lado, acusavam os funcionários da saúde de quererem ver as “vergonhas” das mulheres. Acervo Fiocruz.
Disponível em: http://www.projetomemoria.art.br/OswaldoCruz/biografia/02_bracos.html*

Imagem 23



Desenho de Prata Preta, c. 1904. Contra a vacinação obrigatória foi criada a Liga contra a Vacina Obrigatória. Nas ruas se dizia que a liderança era do estivador Horácio José da Silva, apelidado de Prata Preta. Disponível em: http://www.projetomemoria.art.br/OswaldoCruz/biografia/02_bracos.html

Imagem 24



Representação atual da cidade do Rio de Janeiro em meio a Reforma Passos e a Revolta da Vacina, 2016. FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/reforma-pereira-passos-e-revolta-da-vacina/mapas/obras-e-barricadas-no-centro-carioca-de-1904>

Por fim, não seria possível deixar de se refletir sobre as questões sobre a pandemia de Covid-19¹¹, que assolou o mundo no ano de 2020. Cabe frisar, que foi o primeiro processo pandêmico do século XX que atingiu todas as partes do mundo, o que resultou em um período global de quarentena forçada. Conseqüentemente, teve um impacto profundo no ano letivo de milhões de alunos em todo o Brasil.

Questões antigas de saúde, como a importância de cuidados higiênicos básicos contra microorganismos (vírus e bactérias) nocivos à saúde humana, entre os quais, lavar as mãos

¹¹ Durante a pandemia, os sites da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde, assim como o site do Ministério da Saúde do Brasil, mantiveram atualizações constantes sobre o desenvolvimento dos casos de coronavírus e o seu combate. Segundo a OPAS, o painel informativo sobre a doença continuará sendo atualizado nos próximos anos e servirá de ferramenta histórica para os estudos vindouros. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 17 out. 2020.

constantemente com sabão, ganharam evidência. Outras ações básicas também foram incorporadas a nossa vida, como, por exemplo, fora do ambiente domiciliar usar máscara, higienizar frequentemente as mãos (especialmente com álcool em gel) e manter distância das outras pessoas. Mesmo em uma sociedade com acesso fácil e rápido às informações, diversos problemas ocorreram com a propagação de informações falsas através das redes sociais, as chamadas de “fake news”. Pode-se citar entre essas: a ideia de que a quarentena universal seria uma ilusão, já que o enfrentamento da doença deveria se dar pela contaminação em massa, a chamada “imunidade de rebanho” (paralelo que pode ser feito com a variolização do início do século XX apontada acima), cabendo somente ao considerado grupo de risco, o cumprimento do distanciamento social. Isso se fortalecia diante do discurso da doença ser tratada como uma “gripezinha”. Houve também o crescimento de movimentos antivacina, que mesmo diante dos estudos em busca de uma vacina contra o vírus da covid-19, argumentava-se que a vacina se tratava de ações de Estados ou grupos que objetivavam o controle das pessoas.

1.2 Contextualizando a Primeira República: da crise à “Revolução” de 1930

Neste momento voltarei a me concentrar nos acontecimentos históricos gerais, mas priorizei o que dialoga com a minha proposta, a saber, a década de 1920, que marca o período de crise da Primeira República. De início, cabe destacar que para Del Priore e Venancio (2010, p. 247) “[...] o sistema político dos anos 1920 é um caldeirão prestes a entrar em ebulição”. Politicamente, apesar da preponderância das oligarquias cafeeiras no poder federal houve momentos em que outros setores conseguiram ascender à presidência, como no ano de 1910. Mesmo com apoio da oligarquia paulista e de setores da oligarquia mineira, a chamada “campanha civilista”, encabeçada por Rui Barbosa, foi derrotada pela campanha do militar de Hermes da Fonseca, que representava as oligarquias do Rio Grande do Sul e de outros estados que dividiam com São Paulo e Minas Gerais a hegemonia sobre a política nacional.

Tendo como articulador político o senador Pinheiro Machado e com o intuito de garantir o rodízio de poder entre as oligarquias, Hermes da Fonseca adotou políticas contrárias às oligarquias opositoras ao seu governo, sem, no entanto, adotar medidas antioligárquicas. Diante das crises política e econômica que atingiram o país em seu governo, paulatinamente passou a adotar um posicionamento mais normatizado e conservador (NAPOLITANO, 2018). Ou seja, havia uma República institucionalizada, mas não isenta de crises, sendo essas constantes dentro das próprias elites oligárquicas, apesar das oligarquias dos estados de São Paulo e Minas Gerais concentrarem maior poder nacional.

Como reação aos acordos políticos de Pinheiro Machado, que buscava a hegemonia do Rio Grande do Sul em caráter nacional, Napolitano (2018) argumenta que as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais se uniram para lançar uma candidatura considerada imbatível, consagrada no Pacto de Ouro Fino, em 1913, que se consolidou com a candidatura e vitória de Venceslau Brás (1914-1918). Essa vitória se tornou a base para a construção na historiografia do mito da invencibilidade da chamada política do “café com leite”. Entretanto, esse caráter hegemônico e isento de conflitos e os limites políticos e econômicos que circulavam em torno da aliança entre Minas Gerais e São Paulo tem sido questionado pela historiografia atual (RESENDE, 2011).

Viscardi (2013, p. 165) coloca em xeque a hegemonia de Minas Gerais e São Paulo, por um lado, ao afirmar que havia seis e não dois estados hegemônicos. Completavam esse grupo: Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. De maneira geral: “[...] Os seis, para garantirem sua hegemonia, possuíam uma forte economia e (ou) uma elite política compacta e bem representada no Parlamento. E, juntos ou separados, participaram ativamente de todas as sucessões presidenciais ocorridas no período.” Para a autora também existiam dois coadjuvantes importantes: o Exército e o Executivo Federal. Por outro lado, a força de Minas Gerais também estava representada pela bancada de 37 deputados federais que elegia, a maior do período. Em relação à força econômica, o estado possuía diversos setores de produção, como é o caso do leite, mas era do setor agrícola, que saía o produto mais forte da economia mineira: o café (VISCARDI, 2019).

Apesar das oligarquias cafeeiras de São Paulo e Minas Gerais serem as dominantes, não quer dizer, que havia uma homogeneidade de interesses. De acordo com Viscardi (2013), a produção cafeeira mineira era de qualidade inferior à paulista, o que demandava investimentos exclusivos, além disso, o sistema de transporte e o regime trabalhista, por exemplo, eram diferentes nas duas áreas produtivas. Essas diferenças demandavam políticas específicas do governo federal. Havia, portanto, uma diversidade que limitava um acordo único, o que gerou tensões políticas entre o setor em diversas eleições presidenciais e durante todo o período.

Geralmente, apenas duas eleições são apontadas como de ruptura do acordo, a disputa de 1910, entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa, em que este recebeu apoio paulista e aquele, de parte das oligarquias mineiras; e a de 1930, ao São Paulo indicar Júlio Prestes, um paulista, os mineiros deram apoio ao opositor, Getúlio Vargas. Não obstante, exceto as eleições de Wenceslau Braz (1914-1918), Arthur Bernardes (1922-1926) e de Washington Luiz (1926-1930), todas as outras foram marcadas por distensões políticas entre São Paulo e Minas Gerais. Mas é importante destacar que mesmo nesses governos, conflitos ocorreram, como por exemplo, a oposição mineira à política de proteção ao café adotada por Arthur Bernardes em

benefício de São Paulo. Segundo a autora, limitar a política do período as coincidências entre o setor cafeeiro é diminuir a complexidade das relações estabelecidas entre os estados após a Proclamação da República (VISCARDI, 2013).

Além da instabilidade e das disputas entre as oligarquias, havia outros atores políticos, que mesmo não estando no poder na esfera política, não eram passivos. Os grupos sociais que vislumbravam um país industrializado e moderno, como setores das Forças Armadas, das camadas médias urbanas e da nascente burguesia industrial, o passo mais básico seria tirar o controle do Estado das oligarquias rurais. Além disso, o sistema passou a ser questionado de forma mais radical pelo movimento operário que começou a se organizar, conforme se percebeu na greve de 1917. No final da década de 1910, entre discursos e ações, esses grupos passaram a exigir reformas políticas e sociais, que na próxima década se intensificaram e contribuíram para o declínio do sistema político oligárquico (NAPOLITANO, 2018).

Sendo assim, a década de 1920 se apresentou como um período de mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais, que possibilitaram o questionamento das bases do sistema oligárquico vigente. O ano de 1922 aglutinou uma sucessão de eventos que mudaram significativamente o panorama político e cultural nacional, sendo os de maior destaque: a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentista, o centenário da Independência, a sucessão presidencial entre outros. Apesar da década, economicamente, começar com problemas em decorrência da queda do preço do café no cenário internacional, no decorrer dos anos o país vivenciou um processo de complexificação da economia brasileira, sobretudo, com a diversificação da agricultura e a expansão de atividades industriais, o que resultou no crescimento econômico até o ano de 1929 (FERREIRA; PINTO, 2009). Além disso, segundo Ferreira e Pinto (2009, p. 390), houve o crescimento dos setores urbanos com o “[...] crescimento das camadas médias, da classe trabalhadora e a diversificação de interesses no interior das próprias elites econômicas.”. Essas mudanças, entre outras, geraram conflitos no interior do sistema oligárquico republicano, resultando gradualmente em seu esgotamento.

Mendonça (1990) afirma que os representantes das camadas médias urbanas faziam críticas ao regime político mais pelos princípios liberais que compartilhavam do que pela realização plena da democracia. E pode-se afirmar assim, que o exemplo mais ilustrativo dessas escolhas foi o posicionamento da imprensa. Essa usava suas páginas contra o *status quo* oligárquico, mas não contra a exclusão social de diferentes setores. De maneira geral, os atores (empresários, jornalistas, leitores etc.) que faziam a imprensa pretendiam que o Brasil entrasse de vez no mundo moderno, industrializado, burguês. E conforme já se notara, não seria possível

com as oligarquias rurais no poder.

As sucessivas políticas de valorização do café, em que o Estado assumia os prejuízos, na verdade, representava a socialização das perdas do setor cafeeiro com toda a sociedade. As tensões entre os setores agrários e industriais também representavam a dicotomia entre os anseios dos setores rurais e urbanos (MENDONÇA, 1990). Com o passar do tempo ficava cada vez mais notório a insatisfação dos setores urbanos com esse modelo político que enfraquecia os interesses da União em relação aos oligárquicos. Conforme foi visto acima, o processo eleitoral, caminho democrático que deveria possibilitar as mudanças necessárias, era controlado pelas oligarquias, e apesar das eventuais disputas acirradas em alguns momentos, a essência liberal-oligárquica da política e do poder central não era alterada (NAPOLITANO, 2018). Ou seja, a perspectiva de mudança era restrita. Diante disso, a imprensa foi constante nas críticas.

O conflito entre as oligárquicas se acirrou com a sucessão presidencial de 1922. São Paulo e Minas optaram por Artur Bernardes e Urbano Santos. No entanto, outras oligarquias regionais, consideradas de segunda grandeza, como Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro não concordaram com a imposição de tais candidatos e lançaram candidatura própria, indicando Nilo Peçanha e J. J. Seabra à presidência e vice-presidência do Brasil. Tal movimento ficou conhecido como Reação republicana, e significou nova quebra no consenso entre as oligarquias nas eleições do período (FERREIRA; SÁ PINTO, 2009).

Para Boris Fausto (2006), o discurso reativo se dava contra o “imperialismo dos grandes Estados”, que supervalorizavam a produção cafeeira, em detrimento de outros produtos de exportação. Segundo o autor, a Reação republicana contou com o apoio dos militares, principalmente, após as “cartas falsas” publicadas no jornal *Correio da Manhã*, que supostamente foram enviadas por Bernardes a pessoas do governo, com teor de desrespeito aos militares. A eleição de 1º de março, garantiu a vitória ao candidato situacionista, ligado à máquina oficial, Artur Bernardes. O esquema eleitoral garantiu a vitória das oligarquias dominantes, porém, diferente de outras eleições, a oposição não aceitou a derrota. Esta incitou, por um lado, a permanência da mobilização popular, e por outro, instigou os ânimos dos militares contra o governo (FERREIRA; SÁ PINTO, 2009). Bernardes, enquanto sofria com as manifestações oposicionistas usava o estado de sítio para “restabelecer a ordem”.

Entretanto, o movimento militar que ficou conhecido como tenentismo teve sua ascensão ainda no final do governo de Epitácio Pessoa. O Clube Militar, liderado pelo ex-presidente da República, o marechal Hermes da Fonseca, questionou a vitória de Bernardes e exigiu a recontagem dos votos. Para evitar um levante militar, Epitácio Pessoa fechou a instituição militar e prendeu seu líder. A reação se deu em 5 de julho de 1922 quando guarnições do Rio

de Janeiro se revoltaram contra a ação do governo. Porém, diante dos confrontos entre rebeldes e governistas, apenas 17 soldados que estavam no Forte de Copacabana se dispuseram a ir ao Palácio do Catete. Na marcha pela Avenida Atlântica apenas um civil se envolveu. Entre mortos e presos, o levante foi rapidamente derrotado, mas ficou marcado na memória dos militares como os “18 do Forte”, o primeiro ato do movimento tenentista. Foi assim chamado, pois os militares envolvidos eram jovens oficiais, os chamados tenentes, que viam o Exército como “Salvador da Pátria”. Já a alta oficialidade se manteve fiel ao governo (NAPOLITANO, 2018).

Segundo Napolitano (2018), a segunda revolta ocorreu dois anos depois, em 5 de julho de 1924, em homenagem à ação de 1922. Na cidade de São Paulo, militares se sublevaram e assumiram vários lugares estratégicos da cidade. Em outros estados, como Sergipe, Rio Grande do Sul e Amazonas, militares também se revoltaram. Apesar de não terem um projeto delineado, assustaram as elites, mas não buscaram o apoio da classe operária. Sem a adesão de outros grupos não resistiram à repressão das forças governistas e se espalharam por várias colunas pelo interior do país. As forças paulistas migraram para Mato Grosso, mas lá sofreram nova derrota. Os sobreviventes migraram para o Sul do país e se juntaram à coluna liderada por Luís Carlos Prestes, e partiram para o interior do país com o objetivo de enfrentar as oligarquias locais e mobilizar a população rural. Percorreram cerca de 25 mil quilômetros e apesar de não perderem nenhuma batalha, não venceram a guerra. Em 1927, dirigiram-se para o exílio na Bolívia, onde disputas internas ocorreram pela liderança do movimento.

O movimento tenentista é importante para entender o período, pois, embora de maneira imprecisa, fez ecoar as diferentes críticas dos setores urbanos ao sistema vigente. Conforme Napolitano (2018, p. 87), nas diferentes revoltas, os tenentes defendiam a “[...] moralidade eleitoral, controle de preços, leis de proteção ao trabalhador, divisão de propriedade para aumentar os pequenos proprietários rurais, estímulo à industrialização do Brasil [...]”. E, para isso acontecer, apresentavam como proposta a ascensão de um Estado forte, interventor e autoritário capaz de subjugar os interesses oligárquicos e regionais aos da nação.

Mendonça (1990) diz que os segmentos urbanos tinham seus interesses destacados nos momentos de cisão oligárquica, nos quais se davam a renovação dos pactos políticos. A eclosão do movimento tenentista, que levou a revolta do setor intermediário da oficialidade militar, aconteceu simultaneamente na união dos estados de segunda grandeza, o que demonstra que os questionamentos ocorriam “dentro” e “fora” das alianças.

A esfera cultural também passou por transformações que terão impacto sobre o período. Para Napolitano (2018), a Semana de Arte Moderna, realizada nos dias 13, 15 e 17 de

fevereiro, foi um evento artístico que buscava repensar a arte e a cultura brasileira a partir de uma perspectiva do próprio país, afastando-se, portanto, dos modelos tradicionais da Europa. Com o interesse de “chocar a moral burguesa”, diversas manifestações artísticas, como exposição de pinturas, palestras, apresentações poéticas, entre outros, marcaram presença no Teatro Municipal de São Paulo. Porém, destaca o autor, que a ideia de que após o festival houve o colapso cultural dos valores oligárquicos, deve ser repensada. O legado maior do evento não foi o seu impacto naqueles dias, e sim, a abertura de espaço para o modernismo, que se alinhava com as renovações trazidas pela modernidade.

As críticas ao modelo de República do período tiveram entrada nas dissidências entre as oligarquias, o que ocasionou a decadência paulatina do modelo político. Mesmo existindo desde os primórdios da República, as disputas oligárquicas eram amenizadas por acordos para a manutenção da ordem política. Para Napolitano (2018, p. 86), as disputas até meados da década de 1920 eram marcadas por questões políticas superficiais, como “ambições pessoais dos chefes partidários mais poderosos, diferentes estilos de governo ou projetos de administração pública. Não havia uma profunda divisão ideológica ou projetos de sociedades alternativos em disputa dentro desses grupos”. Ainda que tivessem suas desavenças, a maior parte das oligarquias defendia o liberalismo, o federalismo e a “vocação agrícola” da economia brasileira, além,   lógico, de se beneficiarem das fraudes eleitorais.

Segundo Viscardi (2013), a fraude eleitoral e a baixa participa o dos eleitores, tornavam a escolha do candidato mais importante que a conquista do voto. A oligarquia que conseguisse lançar um candidato com o respaldo das bancadas mais proeminentes teria a elei o garantida.

Diante disso, as negocia es eram longas e as regras compartilhadas, precisavam ser respeitadas. Entre as regras, a primeira regra era de que havia uma desigualdade e hierarquia entre os estados. A segunda, apontava a necessidade de uma renova o parcial de poder entre eles para evitar a es monopolizadoras. E a terceira se alicerçava na ideia de que a manuten o do sistema dependeria da observância das concep es acima. Afirma Viscardi (2013, p.), então:

Com base nessas normas, as alianças foram sendo feitas e desfeitas e em cada sucessão o jogo político era reiniciado. As regras eram as mesmas, os acordos, porém, mudavam. Daí a conclusão que a estabilidade do regime republicano não foi garantida por uma aliança de caráter exclusivista entre dois de seus maiores estados. Ao contrário, quando se aliam e excluíram os demais parceiros, nos anos finais da Primeira República, abalaram o modelo político em vigor.

A instabilidade das alianças entre os estados mais proeminentes – aliados a seus respectivos “satélites” – surge, portanto, como garantia da continuidade do regime. Cada estado sabia seu potencial de interven o (reconhecido pelos demais) e estava livre para construir, ou não, alianças a partir de seus interesses específicos.

Vimos, portanto, que o sistema republicano implantado em 1889, considerado por Mendonça (1990) como um regime político de democracia e liberalismo excludente, paulatinamente, enfraqueceu-se, chegando ao seu declínio em 1930. Conforme é perceptível, a tal “política do café com leite” deve ser questionada, pois as disputas pelo poder presidencial, geraram muitos conflitos entre as oligarquias, inclusive entre São Paulo e Minas Gerais. Além disso, já existiam outras forças sociais que apontavam a necessidade de mudanças na política do país, sendo também, sujeitos do processo. Todavia, a engrenagem que sustentava a política oligárquica ainda se mantinha ativa. O impacto decisivo ocorreu quando o presidente Washington Luís indicou para ser seu sucessor um político paulista, Júlio Prestes, e não um mineiro, como aguardavam as oligarquias de Minas Gerais. Portanto, a instável aliança que dava sustentação ao sistema político acabou se arruinando de vez, o que culminou na chamada “Revolução de 1930”, que colocou fim à Primeira República.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Rubim Santos Leão de; VIEIRA, Fernando; AGOSTINO, Gilberto; ROEDEL, Hiran. **Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais – da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

AZEVEDO, André Nunes de. *A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 35-63, maio-ago. 2003. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12480>>. Acesso em 18 jan. 2020.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Volume 1. p. 231-286

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi..** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013a.

_____. O povo contra a vacina. In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). **História do Brasil para ocupados. Os mais importantes historiadores apresentam de um jeito original os episódios decisivos e os personagens fascinantes que fizeram o nosso país**. Rio de Janeiro: Casa da

Palavra, 2013b. p. 352-358.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL PRIORI, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil**. Rio de Janeiro: Planeta, 2010.

FERREIRA, Marieta Moraes; SÁ PINTO, Surama Conde. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Volume 1. p. 387-415.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **Sociedade e política na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1999. (Coleção Discutindo a História do Brasil)

MAYER, Jorge Miguel. Washington Luís. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/washington-luis-pereira-de-so-ua>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica*. In: LINHARES, Maria Yedda. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 (9ª edição, 26ª reimpressão). p. 316-326

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990 (9ª edição, 26ª reimpressão). p. 302-315

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016.

PONTES, José Alfredo Vidigal. **A política do “Café com Leite”: mito ou história?** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Volume 1. p. 89-120.

RIO DE JANEIRO (Cidade). SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **1904 - Revolta da Vacina. A maior batalha do Rio**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio; Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006. (Cadernos da Comunicação. Série Memória)

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. História da urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil. In: CARNEIRO, Sandra de Sá; SANT’ANNA, Maria

Josefina Gabriel (Orgs.). **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 85-119

SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva; MOTTA, Marly Silva da. *O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003)*. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 5-40, maio-ago. 2003. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/118e/1088d40ab120739f22119f34489674b0a767.pdf>>. Acesso em 18 jan. 2020.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina**. São Paulo: Scipione, 1993.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Além do café com leite. In: FIGUEIREDO, Luciano. **História do Brasil para Ocupados. Os mais importantes historiadores apresentam de um jeito original os episódios decisivos e os personagens fascinantes que fizeram o nosso país**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013. p. 165-169.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. 2. Ed. E-book.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular*. **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 12-36, 2019. Disponível: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/28740>>. Acesso em: 20 de mar. 2020.